

© Jaime Pinsky

1ª edição: outubro/82
2ª edição: setembro/84
3ª edição: abril/86
4ª edição: maio/88

Capa:

César Landucci

Ilustração de capa:

Champs d'Ialou, detalhe — Thèbes, caverna de Sennedjen (n.º 1). In: La Peinture Egyptienne, Editions d'art Albert Skira, 1954.

Copydesk:

Mirna Pinsky

Revisão:

*Ana Maria G. Santos
Heloisa Vieira*

Composição:

M.M. Editores Ltda.

Fotolito:

Studio Antares (capa)

N.º de catálogo: 1350

Direitos reservados:

global editora e distribuidora ltda.

Rua França Pinto, 836
Fone: (011) 572-4473
Cep 04016 - V. Mariana
Cx. Postal 45329
São Paulo - SP

Rua Mariz e Barros, 39
conj. 26/36
Fone: (021) 273-5944
Cep 20270 - Tijuca
Rio de Janeiro - RJ

Rua Floriano Petronio, 149
Centro
Fone: (016) 634-3793
Ribeirão Preto - SP

JAIME PINSKY

Seleção, organização e introdução

MODOS DE PRODUÇÃO NA ANTIGUIDADE

Aurélio Farias
de Macêdo

global editora

SUMÁRIO

Apresentação	9
1. Formações econômicas pré-capitalistas — Karl Marx	11
2. Civilização e divisão de trabalho — F. Engels	19
3. A revolução urbana — V. Gordon Childe	25
4. A sociedade contra o Estado — Pierre Clastres	61
5. A organização das obras públicas na antigüidade oriental — Karl Marx	81
6. Natureza e leis do modo de produção asiático — Maurice Godelier	83
7. O modo de produção escravista — Perry Anderson ..	99
8. Amos e escravos — M. I. Finley	113
9. Classes e estrutura de classes na sociedade escravista antiga — Sergei Utchenko	157
10. A Grécia — Perry Anderson	169
11. Mercado e democracia na Grécia — George Thomson ..	187
12. As gens e o Estado em Roma — F. Engels	211
13. Os caracteres específicos da luta de classes na antigüidade clássica — Charles Parain	223
14. Monoteísmo e modo de produção — Jaime Pinsky	257

camponeses arruinados pelo serviço militar, passaram a cultivar, por mero meio de escravos, os imensos latifúndios assim formados, acabaram por despovoar a Itália e, com isso, abriram caminho não apenas para o Império como para o domínio dos bárbaros germânicos, que sucedeu o Império.

Extraído de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, in Marx e Engels, *Obras Escolhidas*, volume 3, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1963, tradução de Leandro Konder, pp. 96-105.

OS CARACTERES ESPECÍFICOS DA LUTA DE CLASSES NA ANTIGÜIDADE CLÁSSICA

Charles Parain

É impossível representar de modo adequado ou expor com clareza o papel desempenhado pelas lutas de classes na história grega e romana se não se evitar uma transposição mecânica, para o passado, das condições e formas atuais da luta de classes.

Como é evidente, quanto mais nos afastamos do presente, mais se torna difícil descobrir e referir com exatidão as leis particulares do desenvolvimento dos sucessivos modos de produção. Desde o exórdio do "Manifesto Comunista", Marx ressaltava que o processo histórico que levava à instauração do modo de produção capitalista implicava uma simplificação e um esclarecimento da luta de classes:

Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos (...) e, em cada uma dessas classes, gradações especiais. (...) Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe¹.

Simplificou-os, mas não os fez nascer como um novo fator do grande desenvolvimento histórico.

Um primeiro ponto a ser considerado é o que podemos chamar de limitação das lutas de classes, limitação que se deve a uma vontade mais ou menos deliberada e mais ou menos eficaz das sociedades de manter em seu seio uma certa igualdade social. Mas mesmo nesta linha de evolução que parece escapar aos antagonis-

(1) Manifesto do Partido Comunista. In: Marx, K., Engels, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória Limitada, 1956, v. I, p. 26.

mos de classe, verificamos, e de forma particularmente convincente, como a luta de classes se tornou nesse período da história, juntamente com o desenvolvimento das forças produtivas, o motor essencial do desenvolvimento histórico.

Em segundo lugar embora as classes oprimidas tenham estruturas menos claras e menos definidas, e as lutas de classe permaneçam freqüentemente sob formas elementares, provocam somente uma lentidão maior e uma diversificação mais ampla dos processos históricos. As oposições de classe, contudo, deixam-se reconduzir a oposições fundamentais; e, conquanto possam freqüentemente permanecer elementares, os antagonismos de classe têm exercido uma ação não menos profunda e não menos decisiva, em última análise, sobre o desenvolvimento dos fatos e sobre as transformações das situações nos diversos estágios da vida social.

Enfim, se essas hipóteses assim esboçadas forem aplicadas, como é necessário para sua verificação, ao exame do processo histórico que se encontra no centro dos problemas, ou seja, o da passagem para estruturas econômicas e sociais propriamente escravistas, certamente se poderá constatar nos dois grandes exemplos típicos, Atenas e Roma, uma diferença notável; mas essa diferença é somente formal e conseqüentemente secundária. Reconhece-se a ação das mesmas leis gerais de desenvolvimento na formação de civilizações, embora cada uma destas seja dotada de fisionomia própria e também, sob determinados aspectos, divergente.

A limitação relativa da luta de classes

Num projeto de carta a Vera Zasoulitch (Londres, 8 de março de 1881), Marx constata que, desde a dissolução da sociedade primitiva, coexistem na comunidade rural duas formas de propriedade: a propriedade coletiva, comunal, da terra cultivável e a propriedade privada do agricultor em sua própria casa; tal coexistência exprime o dualismo inerente a essa comunidade rural. A propriedade comum e as relações sociais por ela implicadas, relações de igualdade real entre os membros da comunidade, tornam sólida a organização da comunidade, enquanto a apropriação privada, pelo produtor, dos frutos de seu trabalho admite um certo desenvolvimento da individualidade que acarreta, pouco a pouco —

através do acúmulo nas mãos de alguns de uma riqueza particular, composta especialmente de pecuária —, conflitos de interesse e o início da diferenciação social. Vê-se dessa forma desaparecer a propriedade comum em favor da propriedade privada: primeiro as terras cultiváveis, depois as florestas e os pastos.

Por outro lado, acrescenta Marx, o curso histórico da comunidade rural não se destina fatalmente a este último resultado (ou não o alcança senão tardiamente): "O dualismo a ela intrínseco admite uma alternativa: o seu elemento de propriedade privada prevalecerá sobre o seu elemento coletivo, ou vice-versa. *Tudo depende do quadro histórico no qual ela se situa*" (grifos meus).

Com efeito, a longo prazo, era a propriedade privada que deveria prevalecer, porque nesse estágio de desenvolvimento da humanidade o progresso da individualidade mostrava-se incompatível com a organização igualitária da sociedade primitiva, e o progresso da individualidade era condição necessária para um desenvolvimento acelerado das forças produtivas. Em outra passagem, Marx explica com fórmulas incisivas que a comunidade primitiva, tal qual a pequena agricultura familiar onde se realiza igualmente a união primitiva do trabalhador e dos meios de produção, são formas embrionárias que não podem desenvolver adequadamente o trabalho como trabalho social, nem a força produtiva do trabalho social.

Em seu tratado sobre a *Política*, Aristóteles já fornecera uma análise semelhante, porém de forma estática, hesitante, porque ele se mantinha no plano moral, ao invés de chegar às raízes econômicas da vida social.

Se, de fato, as comunidades tivessem se constituído pelo acúmulo de riqueza, então a participação nos direitos políticos seria proporcional à riqueza, e os oligarcas poderiam ter razão (...); a cidade não é constituída simplesmente para que seus membros possam viver, mas para que possam viver bem².

E, definindo o conteúdo de sua idéia de felicidade, ele afirma³ que a cidade quer ser composta, na medida do possível, por cidadãos iguais e semelhantes, o que não acontece senão nas situações

(2) Aristóteles, *Política*, 1280a.

(3) *Ibid.*, 1295b.

intermediárias: o Estado no qual os cidadãos vivam em honesta mediocridade lhe parece o mais administrado e mais feliz, porque é o único isento de discórdias e revoltas, da luta de classes, como diríamos. Mas, de outro lado, Aristóteles se vê obrigado a reconhecer que os homens de há muito se habituaram a renunciar à igualdade: eles querem ou comandar ou conformar-se à submissão. O pensamento de Marx é a um tempo mais claro, mais profundo e mais impregnado de um verdadeiro humanismo: porque ele estava justamente convencido de que, apesar das carências devidas a situações históricas, os homens nunca renunciaram à igualdade.

O papel do historiador é definir a natureza das disputas e das situações históricas nas quais o desenvolvimento da propriedade privada, portanto da desigualdade, encontra-se mais ou menos freado. Este freio pode se verificar naturalmente e, de uma certa forma, inconscientemente, ou então artificial, voluntária e conscientemente.

Típico do primeiro caso é aquele que Marx denominou provisoriamente — e sem que esta denominação implique qualquer julgamento de valor das capacidades históricas dos povos dos diversos continentes — o modo de produção asiático.

É preciso tomar a precaução de assinalar claramente que as análises de Marx acerca deste modo de produção não fornecem absolutamente um esquema diretamente aplicável às sociedades reais da Ásia antiga para, com isso, oferecerem uma descrição exata e uma explicação suficiente.

A propósito das sociedades capitalistas, Marx respondeu antecipadamente às críticas um pouco míopes:

O movimento real da concorrência escapa ao nosso programa: devemos estudar aqui a organização interna do modo capitalista de produção, em certo sentido em sua média ideal.

Da mesma forma, é preciso considerar o conceito de modo de produção asiático exclusivamente como um instrumento de análise que ajuda na compreensão de um aspecto essencial das estruturas sociais do Egito antigo ou das Índias ou então da China — e que permite ao mesmo tempo medir o alcance desta declaração de Lênin:

(...) A cada dia, o despertar de novas classes para a vida e para a luta no Oriente (Japão, Índia, China) — vale dizer o despertar de centenas de milhões de seres humanos que formam a maioria da população do globo e que, por sua *inatividade e seu sono histórico*, condicionaram até agora a estagnação e a decomposição em muitos Estados avançados da Europa —, o despertar para a vida de novos povos e novas classes confirma cada vez mais o marxismo⁴.

A base do modo de produção definido como asiático é formada pela comunidade rural enrijecida num estágio arcaico, no qual a terra permanece, em maior ou menor grau, como posse comum dos membros da comunidade. Esta comunidade rural é auto-suficiente, pois a maior parte do produto destina-se ao consumo imediato por seus membros. A maioria deles extrai de pequenas culturas agrícolas o necessário à subsistência, enquanto, a seu lado ou a sua testa, um pequeno número de indivíduos, habitualmente sustentados pela comunidade, exerce profissões e funções determinadas. Se uma comunidade for destruída, ela será reconstruída da mesma forma, com a mesma divisão do trabalho; quando a população aumentar, fundar-se-á uma nova comunidade segundo o modelo das antigas, pelo menos enquanto subsistir a possibilidade de ocupar novas terras.

É evidente que a manutenção de uma igualdade mais ou menos relativa traz, em contrapartida, uma estagnação econômica que frequentemente determina a formação de castas. A produtividade do trabalho depende, com efeito, tanto da habilidade do trabalhador quanto do aperfeiçoamento de suas ferramentas. Numa sociedade que se tornou imóvel ou quase imóvel, a produtividade do trabalho não pode ser aumentada pelo aperfeiçoamento dos instrumentos; torna-se ainda mais necessário estabelecer condições mais favoráveis ao incremento e, portanto, à manutenção da habilidade do trabalhador. Marx observa, em *O Capital*, que as castas e, com menor rigidez, as corporações se formam segundo a mesma lei natural que rege a divisão das plantas e dos animais em espécies e variedades, com a diferença de que, uma vez atingido um

(4) Lênin, V. I. Il significato del materialismo militante. In: Lênin, V. I. *Opere complete*. Roma, Riuniti, 1967, v. XXXIII, pp. 205-214.

determinado grau de desenvolvimento, a hereditariedade das castas e o exclusivismo das corporações são decretados leis sociais. Aqui não se desenvolvem as lutas de classes, e o movimento da história, se não se detém por completo, diminui sua velocidade ao extremo. Nem a usura nem o comércio, que nas sociedades em movimento contribuem para acelerar esse movimento, exercem neste caso qualquer efeito sobre o funcionamento da pequena sociedade autárquica.

Ocorre que, em condições geográficas favoráveis e quando não se apresentam imperiosos problemas de defesa, não se constitui, acima dessas comunidades rurais justapostas, uma autoridade superior, uma forma sólida de Estado; ou então que, ao se constituir um Estado, necessariamente despótico, este se adapte prazerosamente à persistência da autonomia local das pequenas comunidades de base:

O despotismo oriental choca-se com a administração municipal autônoma somente quando esta se lhe opõe em seus interesses diretos, mas é fortemente levado a tolerar a existência dessas instituições enquanto elas o livrarem do empenho da intervenção direta e das obrigações de uma administração eficiente⁵.

Mas também pode acontecer que as condições geográficas obriguem a uma ampla cooperação entre as comunidades de base, para defesa contra inundações ou para a construção de um vasto sistema de irrigação, como no Egito. Constitui-se então um governo central, necessariamente estável e autoritário, que Marx chama de despotismo oriental. O déspota é, portanto, levado, a fim de assegurar a execução dos trabalhos coletivos no tempo desejado, a intervir no funcionamento das comunidades de base e a controlá-lo. Este controle lhe permite uma maior garantia do pagamento, por essas comunidades, dos cânones, pesados tributos para o custeio do exército e de uma administração complicada, posteriormente agravados por exigências arbitrárias, para suas satisfações pessoais, do déspota e de seus funcionários. É deste modo que se criam as condições de uma luta de classes conduzida essencialmente sob forma de explosões e revoltas inadequadas a destruir o regime despótico pela ação de massas de camponeses superexplorados.

(5) Marx, K., *The Spanish Revolution*. *New York Tribune*, 9 de setembro de 1854.

As análises de Marx, se manejadas com cautela, elucidam longos períodos da história da Ásia bem como da África. Também a história da antiguidade clássica deveria tirar proveito delas. É negligenciado em excesso o fato de que não somente nas regiões menos evoluídas da Grécia clássica, mas também no interior dos impérios helenísticos e do Império romano, subsistiam vastos conjuntos de comunidades rurais que viviam voltadas para si mesmas, quase que à margem, e que tinham uma fraca participação no movimento geral da economia. Seu papel econômico merece, todavia, ser avaliado, mesmo nas épocas brilhantes, principalmente o seu papel nos vastos movimentos sociais que contribuíram tão fortemente para a ruína dos impérios e da sociedade antiga.

O freio artificial, consciente e voluntário, dos processos que acarretam o agravamento da desigualdade social diz respeito mais de perto à história das cidades-Estado, sobretudo na Grécia, mas também em Roma.

Marx e Engels revelaram, de forma incisiva, a natureza do processo que pôs em movimento a sociedade primitiva, que por muito tempo permanecera quase que estagnada, processo que, por isso mesmo, acentuou os desníveis sociais sem que de início deles os contemporâneos se ocupassem.

A respeito dos iroqueses, escreve Engels:

(...) Entre eles uma situação tal como a ora imposta aos atenienses era impossível, e não poderia ser estabelecida contra a sua vontade. Permanecendo o mesmo o modo de produzir as coisas necessárias à existência, nunca tais conflitos poderiam ser criados por causas externas nem, internamente, se poderia engendrar um antagonismo entre ricos e pobres, exploradores e explorados. Os iroqueses estavam muito longe ainda do domínio da natureza, embora dentro dos limites que esta lhes fixava fossem os donos de sua própria produção (...).

Entre os gregos, as coisas eram diferentes. A aparição da propriedade privada dos rebanhos e dos objetos de luxo trouxe o comércio individual e a transformação dos produtos em mercadorias. Este foi o germe da revolução subsequente. Quando os produto-

res deixaram de consumir diretamente os seus produtos, desfazendo-se deles mediante comércio, deixaram de ser donos dos mesmos⁶.

Continuemos com este trecho de *O Capital*:

"Com a extensão da circulação das mercadorias, cresce o poder do dinheiro, da forma sempre pronta e absolutamente social da riqueza. (...) A circulação se torna a grande destilaria social para onde tudo flui e dela torna a sair como cristal de dinheiro. (...) Como no dinheiro se apaga qualquer distinção qualitativa das mercadorias, o dinheiro apaga por sua vez, *leveller** radical, todas as distinções. Mas também o dinheiro é mercadoria, uma coisa externa, que pode se tornar propriedade privada de cada um. Assim, o poder social torna-se poder privado da pessoa privada"⁷.

Quando se chegou a esse ponto, quando a dominação dos ricos se tornou insuportável para a massa dos cidadãos (ver Hesíodo), então se tomou consciência do que acontecera, e tarde demais, pois o processo era irreversível, pois ele se impunha necessariamente em vista de um domínio cada vez maior da natureza. Mas, com aquele profundo senso de humanidade que honra os melhores representantes da cultura antiga, denunciou-se o que havia de imoral e de injusto numa sociedade mais e mais dominada pelo dinheiro e corrompida pela sede de riquezas: "Portanto, a sociedade antiga — acrescenta Marx — o denuncia como moeda desagregadora de sua ordem econômica e política", e remete aos versos 295-301 da *Antígona* de Sófocles:

Na verdade, para o homem, nada possui poderes tão tristes e tão amplos quanto o dinheiro, que às cidades corrompe e aos homens afasta de suas casas; instrui as mentes para que concebam o mal, perverte-as e transforma-as, e do delito ensina o caminho e de qualquer impiedade abre a experiência.

É importante estabelecer em que medida estavam presentes ao espírito dos homens políticos e dos pensadores, na Grécia como em Roma, os problemas colocados pela contradição entre a reinvin-

(6) Engels, F., *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Vitória, s/l, s/d., p. 106.

(*) Em inglês no original. "Nivelador". (N. do T.)

(7) Marx, K., *II Capitale*, Roma, Riuniti, 1970, v. I, pp. 146-7.

dicação de justiça e de igualdade — que constituíam os melhores fundamentos da paz social e da firmeza interna dos Estados —, e o desejo de aumentar riquezas, portanto a produção e a circulação das mercadorias, ao que se seguiam o agravamento das desigualdades sociais e o desenvolvimento das lutas de classes.

No início do século VI a.C., o sábio Pítao de Mitilene afirmava, segundo Diodoro Siculo, que o igual vale mais que o maior, que a vantagem está sempre ao lado da moderação e não do lucro. "O ouro, acrescentava, a glória e a segurança são companheiros em igualdade; uma fortuna muito grande comporta a maledicência e o medo."

Mas este era apenas um sermão moral, de pouco efeito na prática verdadeira das sociedades.

É em Aristóteles que deparamos com a tentativa mais avançada de encontrar uma solução para os problemas que levasse em conta as realidades política e econômica da época.

Na sua *Política*⁸, ele afirma que a melhor democracia é aquela na qual a terra é repartida entre todos os cidadãos com relativa igualdade, a democracia dos pequenos proprietários agricultores e criadores de animais. Nela os cidadãos dispõem de direitos razoáveis (eleição dos magistrados em parte proporcional à propriedade; poder judiciário e controle dos magistrados) e, como não são riquíssimos, não se preocupam em reunir-se frequentemente em assembleia para deliberar. "Com efeito, destaca, a maior parte dos homens é mais ávida por dinheiro que por honrarias." Para Aristóteles, uma vantagem fundamental dos regimes deste tipo é que as funções públicas são sempre assumidas por cidadãos mais afinados com o consenso do povo, que em tal caso não mais lhes inveja o mérito.

Para demonstrar a possibilidade de um regime semelhante, Aristóteles baseava-se na existência de regras, em sua opinião muito difundidas entre as antigas leis da maioria das cidades, que proibiam, algumas, a alienação da herança paterna; outras, a posse de uma extensão de terras que excedesse uma determinada medida.

Embora mal informados sobre o modo pelo qual leis desse gênero conseguiram ser estabelecidas e sobre seu funcionamento (co-

(8) Aristóteles, *Política*, 1318b-1319a.

nhêce-se, em Roma, pelo menos a *lex Licinia*, que provocou numerosas discussões), não é o caso de colocarmos em dúvida a sua existência, nem o papel que devem ter desempenhado na atenuação, se não na supressão, das lutas de classes entre os homens livres. Mas a relativa manutenção da igualdade entre os homens livres tornara-se possível graças à existência da escravidão: evitava-se uma forma de oposição de classes apenas para suscitar uma outra muito mais ampla, a ponto de esta outra forma ter se tornado a característica principal da sociedade grega e da sociedade romana.

Uma solução diferente, relacionada ou não à precedente, era a guerra de conquista, graças à qual podiam ser fornecidos novos lotes de terra aos cidadãos empobrecidos e ao excedente populacional proveniente do crescimento demográfico, para que pudessem levar uma existência decente. Sabe-se que uma organização guerreira era freqüentemente um traço distintivo das sociedades antigas, das quais o exemplo mais evidente era o de Esparta, onde se dividia uma parte do território em lotes inalienáveis e indivisíveis que, mantidos como propriedade do Estado, eram repartidos entre aqueles que gozavam a qualidade de cidadãos. Mas em Esparta, como na democracia elogiada por Aristóteles, a igualdade era completamente relativa. Aristóteles definiu a constituição lacedemônia como um misto de democracia e oligarquia. A educação das crianças, a alimentação e o vestuário eram iguais para todos; mas o governo continuava sempre nas mãos de um pequeno número de famílias cujo poder político correspondia a maior riqueza material; com efeito, além da porção de território que era dividida em lotes inalienáveis e definida como terra pública, existia uma outra, na qual os espartanos ricos podiam adquirir e vender terras; estes espartanos ricos podiam adquirir e vender terras; estes espartanos ricos, que eram as figuras mais importantes do Estado, sabiam aumentar ainda mais a sua fortuna através do saque efeito em guerra, da venalidade nas missões diplomáticas e de operações comerciais desenvolvidas com intermediários.

Quaisquer que fossem os esforços empregados com a finalidade de manter um mínimo de igualdade social e quaisquer que fossem os motivos desses esforços, eles tiveram como único resultado o de atrasar o processo que, como em todas as sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem, comportava uma

desigualdade crescente, portanto oposições de classe cada vez mais graves.

Hesíodo se queixa de viver na idade do ferro; é um saudosista da idade do ouro, na qual os homens, todos os homens, viviam sem preocupações, cobertos de bens, graças a uma natureza generosa; ele tem sede de justiça e não deixa de condenar a riqueza conquistada com violência ou engano. Mas não sabe dar ao trabalho, que a dureza dos tempos torna necessário a todos, outro fim que não a conquista da riqueza:

Porque a fome se acomoda sempre com o homem preguiçoso. Homens e deuses são inimigos do indolente (...). O trabalho torna ricos em bens e rebanhos as pessoas; se trabalhares, serás mais caro aos céus (...); e da riqueza são companheiros o bom nome e as honras⁹.

A oração fúnebre pronunciada por Péricles, conforme a reconstrói Tucídides, caracteriza-se contemporaneamente pela proclamação de um ideal democrático e pela palavra de ordem "Enriqueçam":

A ninguém é vergonhoso confessar-se pobre; mas não lutar contra a pobreza, isto é vergonhoso. Os cidadãos que se ocupam dos negócios da cidade podem ao mesmo tempo prover aos próprios, e a quem se dedica às próprias atividades é dado não ficar muito ignorante das questões políticas.

O equilíbrio que Péricles se esforçava por estabelecer entre duas tendências contraditórias era extremamente instável porque o movimento geral da economia grega e da sociedade antiga como um todo conduzia da produção predominante de valores de uso à produção predominante de mercadorias. Marx em *O Capital* evidencia como outros escritores da antiguidade clássica, ao invés de atribuir importância à quantidade e ao valor de troca, valorizava a qualidade e valor de uso. Engels, pelo contrário (*Feuerbach, O materialismo histórico*), caracteriza o direito romano como o primeiro direito, no mundo, de uma sociedade produtora de mercadorias. Não há contradição entre o pensamento de Marx e o de Engels. A contradição estava no próprio interior da sociedade antiga, na base dos traços específicos do desenvolvimento de suas

(9) Hesíodo, *Os trabalhos e os dias*, 302-313.

lutas de classes¹⁰. Marx, com efeito, referia-se ao primeiro estágio de um desenvolvimento; Engels, ao estágio final. Assim se tem a chave, não somente do desenvolvimento da economia, mas do desenvolvimento da sociedade inteira em todos os seus níveis.

As oposições fundamentais de classe

Para combater a célebre fórmula com a qual se abre o *Manifesto Comunista*, "A história de cada sociedade que existiu até este momento, é história da luta de classes", chega-se a negar a existência, nas sociedades antigas, de classes sociais no sentido moderno do termo. Isto significa limitar a noção histórica de classe a uma forma acaba e também, por assim dizer, ideal.

Marx é o primeiro, na *Ideologia alemã*, a distinguir dois graus: o "Estado" a um nível menos desenvolvido, e a *classe*, propriamente dita, a um nível plenamente desenvolvido. É assim que, com re-

(10) A contradição inerente à sociedade antiga explica não só o desenvolvimento desta sociedade, mas também o desenvolvimento da historiografia em torno dela. Will, E., em *Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie grecque antique*, *Annales* 9, p. 7-22, é extraordinariamente esclarecedor a esse respeito. O autor observa que um longo debate, ainda não concluído apesar de já quase secular, opõe partidários do "modernismo" da economia grega, a partir de Ed. Meyer, aos defensores de um certo "primitivismo" que, com K. Bucher, confina toda a antiguidade clássica no quadro primário da economia doméstica. Levando em conta, enfim, as referências de uma outra escola, para traçar um quadro muito geral à pesquisa, ele assim caracteriza, segundo os próprios termos, a economia grega: de um lado uma estrutura político-social "introvertida" da cidade, baseada, do início ao fim, numa economia essencialmente agrícola e limitada a uma produção artesanal arcaica, com a finalidade de satisfazer necessidades limitadas; de outro lado, um crescimento da cidade que precisa do comércio exterior para satisfazer as necessidades de sobrevivência e secundariamente (mas ao mesmo tempo) as do fisco, e que determina, numa categoria indispensável de indivíduos, uma tendência à extroversão cosmopolita, oposta à tendência autárquica fundamental.

Dá-se, assim, um grande passo voltado para uma compreensão dialética da história, voltado portanto para uma explicação satisfatória do aparente caos dos fatos históricos. Mas não é lícito lamentar que um jargão falsamente sociológico obscureça, pela falta de recurso às análises e à terminologia do marxismo, aquilo que há de lúcido, de esclarecedor nesse pensamento, que oculta, todavia, o papel fundamental do escravismo?

lação à burguesia, ele observa que de início se formaram burguesias locais, isoladas umas das outras, mas que tinham em comum a oposição à sociedade feudal através de suas condições de existência e seu modo de trabalho; depois, quando se estabeleceram as relações entre as diversas cidades, estas condições comuns se transformaram em condições de classe. Ele observa também que a burguesia, que só lentamente passara de "Estado" a classe, havia-se dividido novamente, com os progressos da divisão de trabalho, em diferentes frações, antes de absorver finalmente em si todas as classes possuidoras que encontrara ao se constituir, na medida em que qualquer propriedade existente se transformou em capital industrial ou comercial.

Mas, no curso destas etapas, trata-se sempre de uma mesma formação social, de uma mesma classe social. Não se pode compreender o significado e o alcance da fórmula do *Manifesto* sem se colocar no mesmo nível de abstração.

Por outro lado, na *Miséria da Filosofia*, Marx distingue, na formação do proletariado, o momento da classe *em si* e o da classe *para si*. Inicialmente, a dominação do capital criou para a massa dos operários situação e interesses comuns: esta massa já era uma classe em confronto com o capital, mas não ainda para si mesma. Depois, na luta pela manutenção do salário, esta massa uniu-se, associou-se em ligas que, de parciais, passaram a permanentes: ela constituiu-se em uma classe para si mesma. Diante do capital sempre unido, a manutenção de sua associação tornou-se para os trabalhadores mais necessária do que o seu salário: "Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político".

Para analisar a estrutura das classes nas sociedades antigas, não se poderia encontrar guia melhor que as análises em que Marx pôde definir, através de um estudo teórico da formação da burguesia e do proletariado, e também graças à sua prática revolucionária, como se criam numa determinada sociedade os antagonismos sociais de base e quais são os caracteres constitutivos que se desenvolveram gradualmente, das classes fundamentalmente antagônicas: coerência e coesão, consciência coletiva e combatividade. Convém evitar uma outra tendência, não menos nefasta do que a que levou à negação da existência de classes e de prolongados antagonismos de classes: a tendência de fracionar excessivamente as

sociedades antigas, de colocar no mesmo plano uma série de agrupamentos sociais extremamente diferenciados por importância e dinamismo, qualificando-os arbitrariamente como classes e apagando, paralelamente, os antagonismos fundamentais que os historiadores antigos mais agudos reconheceram perfeitamente e puseram em evidência.

O antagonismo homens livres-escravos

A oposição mais profunda, que deu às sociedades antigas seu caráter mais específico em relação às sociedades medievais e às sociedades modernas, é a oposição homens livres-escravos, o que não significa, contudo, que esta oposição tenha sido sempre a principal. Ela se tornou a principal apenas quando a produção escravista passou a ser a produção dominante. Mas, mesmo quando não era mais que uma oposição secundária, era nela que se encontrava a semente dos desenvolvimentos posteriores, era nela que desde o início repousavam a origem e a chave do desenvolvimento da sociedade antiga, como é nela que se deve procurar, no sentido mesmo deste desenvolvimento, a origem e a chave da decadência. Assim como a noção de classe, a noção de escravo não deve ser limitada a um estado consumado, mas deve abranger todo um desenvolvimento histórico que vai da escravidão patriarcal seja ao ilota espartano, seja ao escravo preso na cadeia em Roma: no decorrer deste desenvolvimento, a dinâmica dos antagonismos sociais fez com que, pela perda da liberdade, a dependência de um senhor tenha se tornado progressivamente ilimitada.

Em seguida ao emprego cada vez mais maciço e intenso de escravos, seus senhores foram aos poucos sendo assaltados, até ficarem obsessivos, pelo medo de reações brutais ou de trapaças por parte daqueles que eles exploravam cada vez mais; e este medo os levou a reforçar, até a ferocidade, os meios de coação e de terror. Basta lembrar, entre outros, o susto de Cícero, coluna do humanismo antigo, quando nos jogos megaleses de abril de 56, Clódio lançou no teatro, como num assalto, bandos de escravos:

Pode-se imaginar uma vergonha, uma brutalidade, uma profanação, uma desordem mais evidente? (...) Até então os escravos

se afastavam dos homens livres pela voz dos oficiais; durante os Jogos eles afastaram de si os homens livres, não a voz, mas a socos¹¹.

Tucídides¹² explica que Quíos possuía um grande número de escravos, superior ao de qualquer outra cidade, com exceção da Lacedemônia: uma vez que a multidão deles podia ser temível, puniam-se seus crimes com grande severidade. O mesmo Tucídides explica que, depois do desastre de Pilo, os espartanos mostravam-se bastante satisfeitos com um pretexto para mandar para a Trácia, sob a guia de Brasida, um certo número de seus ilotas, temendo uma sua revolta na grave situação em que se encontrava o Estado: "Sempre — acrescenta — as suas primeiras preocupações visavam defender-se dos hilotas".

Existia certamente uma solução, que consistia em diminuir os riscos diminuindo as possibilidades de coalizão. Nas *Leis* de Platão explicava-se que aquele gênero de animais que eram os escravos, era muito difícil de controlar, sobretudo nos Estados onde existia um grande número que falava a mesma língua. Por isso, recomendava-se não ter como escravos homens do mesmo país, ou então tratá-los convenientemente, não somente para seu próprio bem, mas ainda mais no interesse de seus senhores. A longo prazo, todavia, as necessidades econômicas prevaleciam sempre. Este grande filósofo idealista bem sabia que a melhor proteção dos senhores de escravos era a sua solidariedade e a intervenção parcial do Estado, definindo assim no melhor dos modos o Estado escravista; ele explica que, se aqueles que possuem cinquenta escravos ou mais continuam a levar uma vida tranqüila, é porque todo o Estado dá ajuda a cada um particularmente. Estes testemunhos são bastante instrutivos, pois provêm de uma cidade que passa por ter tratado os escravos com menor desumanidade. Seria fácil, e útil, extrair algo de Roma, que levou muito além a utilização do sistema escravista.

Outro traço característico dos antagonismos sociais é que as classes privilegiadas, as classes exploradoras, esforçam-se por demonstrar uma boa consciência, pelo menos até o ponto em que o

(11) Cícero, *Discurso sobre a resposta dos carrascos*.

(12) Tucídides, VII, 40.

escândalo se torne tão explícito que os mais generosos e mais abertos de seus representantes se indignem e denunciem a injustiça juntamente com o absurdo do regime estabelecido. Nada mais fácil:

A classe que dispõe de meios de produção material dispõe com isso, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, de modo que a ela estão sujeitas as idéias daqueles a quem faltam os meios de produção intelectual¹³.

Eis por que mesmo a tomada de consciência dos interesses profundos de classe, presumindo um certo nível intelectual, produz-se primeiramente nas camadas sociais que se aproveitam da exploração do homem pelo homem.

Somos levados a atribuir, a esta preocupação de se dar uma boa consciência, a tentativa tão típica de Aristóteles de classificar os seres humanos em duas espécies, de natureza diferente: de um lado, aqueles que desde o berço são destinados a comandar, os homens livres; de outro, aqueles que são destinados a obedecer, pois não possuem raciocínio pleno, não podem ser empregados a não ser pela sua força física e, conseqüentemente, nada podem fazer melhor do que obedecer. Mas não se trata, para as classes privilegiadas, apenas da vontade de aparentar uma boa consciência; o seu sistema educacional almeja também desenvolver em seu seio o orgulho de classe. Não nos ocupamos suficientemente em pesquisar os elementos de um tipo de tradição cuja existência é, *a priori*, muito provável e que não podia deixar de advertir ao mesmo tempo os senhores de escravos quanto aos perigos que eles corriam e de ressaltar, contemporaneamente, a nível dos escravos, a relativa facilidade de se tornar chefe de suas revoltas (...).

Seguramente é útil destacar a falta de homogeneidade do grupo social dos escravos: por sua origem extremamente diversificada, os escravos de um mesmo senhor falavam, freqüentemente, línguas diferentes, tinham mentalidades diferentes. Mas — e a coisa era ainda mais importante — ocupavam postos extremamente distintos no sistema social de produção: havia um abismo entre o escravo que, submetido a uma disciplina impiedosa, penava nas mais duras condições nas grandes propriedades rurais ou nas condições mais espan-

(13) Marx, K., e Engels, F. *L'ideologia tedesca*. Roma, Riuniti, 1967, p. 35.

tosas no fundo das minas, e o escravo que era o homem de confiança de seu senhor. Generalizando, o escravo que era empregado na cidade, na família urbana, parecia desfrutar um destino relativamente invejável aos olhos do escravo relegado ao campo. Esta falta de homogeneidade permitia aos senhores de escravos utilizar, a favor de seus próprios interesses, o mecanismo de alforria. Eles faziam ver uma esperança de liberdade, um pouco como as loterias dos tempos modernos, que mantinha em submissão os medrosos e os ingênuos. Mas a libertação representava uma solução individual para aqueles que, muito hábeis ou completamente sem escrúpulos, ou dotados das duas características ao mesmo tempo, podiam ser perigosos: dessa forma não somente deixavam-se neutralizar, mas também utilizar, como espíões, contra os próprios companheiros de infortúnio ou então operavam por conta própria, com zelo extraordinário, a serviço do dono. Em geral, este libertava o escravo só quando ele já estava velho e acabado; a maior parte dos libertos permanecia, por outro lado, numa condição de semidependência. Só um reduzido número de alforriados era capaz de se tornar plenamente independente e fazer fortuna, chegando por vezes ao maior luxo.

Todavia é preciso cuidado para não se atribuir excessiva importância à falta de homogeneidade dos escravos antigos, assim como hoje a atribuímos, ainda com menos razão, à falta de homogeneidade da classe operária. A grande maioria deles, ao menos no período de pleno desenvolvimento do sistema escravista, era explorada ao máximo, tratada com desumanidade e desprezo, submetida a uma disciplina selvagem. Tinha, por isso mesmo, condições de existência semelhantes e interesses comuns. Como explicar, de outra forma, que a luta de classes conduzida pelos escravos tenha alcançado, na ocasião, até os mais altos níveis da luta armada? Falta somente avaliar, no estudo dessas lutas, o papel dos fatores que, no que toca à composição do grupo social dos escravos, limitaram estas revoltas ou as ofuscaram: a não extensão dos levantes aos grandes centros urbanos; grau de combatividade variável das revoltas, conforme fossem armadas por povos habituados à obediência, como os do Oriente Próximo, ou por povos bárbaros, etc.

Normalmente a luta se limitava a uma resistência passiva ou semipassiva, com a sabotagem no seio da servidão, e à fuga, indi-

vidual ou em grupos. Estas formas de luta certamente careciam de vigor e amplidão. Elas não desferiram, a longo prazo, sérios golpes no funcionamento do sistema em seu conjunto. A resistência passiva e a sabotagem, perfeitamente descritas e analisadas por Columella, foram uma das causas da passagem da grande exploração escravista ao colonato. As fugas dos escravos tiveram, algumas vezes, graves conseqüências imediatas, quando, por exemplo, perto do fim da guerra do Peloponeso, vinte mil escravos atenienses desertaram das minas de Láurio, o que ocasionou a Atenas uma falta de prata para a fabricação de moedas. As deserções dos escravos para o lado dos inimigos em tempo de guerra inquietavam os romanos a tal ponto, que os tratados de paz previam como condição a restituição dos desertores e dos escravos fugidos. Geralmente, os escravos fugidos iam engrossar as fileiras de bandidos e piratas, endêmicas nas sociedades antigas, uma vez ultrapassados os limites da cidade-Estado.

Estes aspectos negativos deviam-se mais às estruturas sociais que à fraqueza da organização interna, ou a uma insuficiência da técnica política. Constituindo grande perturbação para as atividades produtivas e o comércio, eles impunham ao Estado gastos pesados para a sua repressão; ao final tornaram-se uma das causas da impotência de Roma em resistir à pressão dos "bárbaros", na segunda metade do século III, até a derrota final.

Qualquer que fosse, no final, a escala das ações dos escravos em sua luta pela liberdade contra os senhores, sua grande fraqueza é que elas nunca tiveram a possibilidade de levar adiante e de propor, não somente aos próprios companheiros de infortúnio mas a todas as vítimas da sociedade, um ideal realmente revolucionário, isto é, a idéia de uma revolução social que levasse a uma solução de conjunto, uma solução quer de justiça, quer de razão, no interesse de toda a sociedade: mede-se daqui a diferença fundamental que separa a luta de classes conduzida, pelos escravos da luta de classes conduzida pela burguesia que emergiu no interior da sociedade feudal, como também da que é conduzida hoje pelo proletariado no interior da sociedade capitalista.

No entanto, a longo prazo, com uma lentidão que não deve surpreender, conseguiu formar-se, entre os escravos e os mais desafortunados entre os homens livres, uma frente comum de luta

que logrou também obter sucessos, sempre limitados, é verdade, pela ausência de uma perspectiva revolucionária. As vicissitudes e as etapas desta formação não podem ser compreendidas senão à luz do desenvolvimento de todas as lutas de classes entre ricos e pobres. Todavia, desde então, existe um ponto que é preciso lembrar: o da formação de uma ideologia antiescravista. Esta ideologia, com efeito, pôde constituir-se e desenvolver-se só após a resistência dos escravos. De fato, como se poderia sustentar que alguma vez se formara um verdadeiro movimento de idéias contra a escravidão imposta aos animais domésticos? A diferença de natureza entre os homens e os animais domésticos se verifica no fato de que os animais não reagem de modo algum contra a situação que lhes é imposta. É por sua capacidade de resistência ativa e duradoura que os escravos provaram que, entre seus senhores e eles, essa diferença não existia de fato.

Uma história minuciosa e completa da ideologia antiescravista deveria, por outro lado, compreender a sua tradução em fatos. O sofista Antífote proclamava que, por natureza, nós somos todos e em tudo idênticos, que nenhum de nós, ao nascer, se distingue como bárbaro ou como grego. De outro lado Terámenes, em sua própria defesa diante dos Trinta Tiranos, fazia ver que sempre se opusera àqueles que consideravam impossível uma verdadeira democracia sem a participação dos escravos no governo da cidade¹⁴. O programa estabelecido por Filipe para a liga pan-helênica de Corinto em 337 proibia atentar ao direito de propriedade com a alforria em massa dos escravos, opondo-se, evidentemente, aos programas contrários. Quando o estoicismo estava por tomar corpo, Agátocles, da Sicília, em fins do século IV, compreendeu como o escravismo debilitava militarmente um Estado: alforriou todos os escravos em condições de portarem armas, persuadido de que, pelo que afirma Justino¹⁵, igualando as condições de uns e de outros, teria estimulado entre eles uma mútua emulação de coragem. O papel do estoicismo, aqui, ainda não foi sem dúvida suficientemente explorado, por exemplo, entre outros, em Blóssio de Cuma.

(14) Xenofonte, *Helênicas*, II, 3.

(15) Justino, XXII, IV, 3.

Foi demonstrado recentemente¹⁶ que, além dos lugares-comuns da escola estóica, Dione Crisostomo tinha em certa medida denunciado o absurdo econômico do sistema escravista, no qual o possuidor de escravos era sobrecarregado de preocupações pela frequência das doenças de seus escravos, pela necessidade de fiscalizá-los estritamente e de dobrá-los a uma disciplina feroz e, enfim, pelo perigo das evasões.

O antagonismo ricos-pobres

Paralelamente ao antagonismo senhores-escravos, mas em estreita ligação com ele, desenvolveu-se no interior dos grupos dos homens livres, como um antagonismo fundamental, o antagonismo ricos-pobres. No curso da decomposição da sociedade primitiva, os primeiros exórdios da escravidão contribuíram para o surgimento de um antagonismo entre ricos e pobres: embora a escravidão não desempenhasse um papel determinante na produção, ela ocupava um lugar significativo, com o escravo que cuidava, entre outras coisas, dos animais, e a escrava que fivia a lã.

Porém, enquanto o papel econômico da escravidão permaneceu secundário, a contradição ricos-pobres manteve-se na escala de toda a sociedade, como a contradição principal, com a ressalva de que o desenvolvimento desta contradição não deixou de ser marcado pelo fato de ocorrer no seio de uma sociedade já e cada vez mais escravista. A forma fundamental da riqueza era então a propriedade da terra, e os grandes proprietários fundiários detinham privilégios sociais e políticos que reforçavam consideravelmente o seu domínio econômico. A oposição entre ricos e pobres se apresentava sob a forma de uma oposição entre nobres e não-nobres, eupátridas e povo, patrícios e plebeus.

Com o nascimento do sistema escravista, surgirá uma nova forma de riqueza, baseada essencialmente na exploração sistemática dos escravos, em empresas comerciais, financeiras, agrícolas, ou industriais. Formar-se-á então uma classe de "novos ricos", cujo tipo será representado em Roma pelo cavaleiro. Assim, o an-

(16) Cretia, P. In *Studii Classice*, III.

tagonismo entre ricos e pobres se complicará com um antagonismo entre a velha e nova forma de riqueza. Ao mesmo tempo, a contradição senhores-escravos se tornará, a nível de toda a sociedade, a contradição principal.

Para tentar caracterizar as formas do antagonismo ricos-pobres, é portanto preferível fazer provisoriamente uma abstração da complicação representada pela aparição da classe dos empreendedores escravistas; estes merecerão um exame que deverá conduzir mais profundamente ao próprio centro dos problemas.

Um quadro penetrante e sintético da forma assumida pelo antagonismo rico-pobre na Grécia antes de Sólon (e o quadro da Roma dos primeiros séculos da República não é absolutamente diferente) é oferecido por Aristóteles no início da *Constituição dos atenienses*:

"A cidade possuía então um regime oligárquico e achava-se completamente nas mãos dos membros do partido dos nobres, enquanto os pobres, seus filhos e suas mulheres eram servos dos ricos (...), com um preço de aluguel que consistia na sexta parte do produto, trabalhavam a terra dos ricos. Toda a terra era distribuída entre um número restrito de colonos, que em caso de insolvência se tornavam, juntamente com seus filhos, servos da gleba e eram cedidos aos agiotas, que queriam seres humanos como garantia, até a subida ao poder de Sólon (...). Para a maior parte da população, era árduo e difícil ter de servir, quando a isto se juntavam ainda outras causas de transtorno; porque os servos não dispunham, podendo dizer, de direito algum."

A luta pela terra — em que Marx via justamente uma chave, junto com o escravismo, da história interna de Roma — deveria, pois, ser acompanhada, como o foi, em Atenas e em Roma, da luta pela igualdade política: as duas lutas eram as duas faces de um mesmo problema.

A aristocracia fundiária defendeu palmo a palmo os próprios privilégios, e é sempre oportuno perguntar em que medida as concessões a que foi obrigada permaneceram apenas como concessões aparentes. A sua grande força estava no fato de que ela constituía

verdadeiramente uma classe. Em primeiro lugar subsistia uma consciência de classe que lhe dava boa consciência e que também alimentava nela, para defesa ou ataque, a segurança e a crueldade fria dos animais ferozes na selva. Ela se considerava uma essência superior e, conseqüentemente, destinada a dominar, com o direito de impor o próprio domínio. Com efeito, a sua riqueza e as suas facilidades lhe asseguravam possibilidades de desenvolvimento intelectual que revestia de superioridade moral:

Em qualquer parte da terra — lemos na *Constituição dos atenienses*, atribuída a Xenofonte —, a aristocracia é inimiga da democracia: que, entre os aristocratas, pode-se encontrar pouquíssima falta de moderação e injustiça, e muito zelo pelo que é honesto; pelo contrário, no *demos* encontra-se grande ignorância, e indisciplina, e indignidade; a pobreza os leva, mais que tudo, às coisas indignas, e assim também a descortesia e a ignorância em alguns desses homens é devida à falta de meios.

De sua parte, Aristóteles julgava que a atividade manual do artesão compreendia uma verdadeira degradação; perguntava-se também (Cícero não chegará a tanto) se a atividade do agricultor não seria, da mesma forma, desprezível:

"(...) Na cidade (...) que possui cidadãos justos (...) não se deve praticar um ideal de vida particular com o do operário ou do comerciante (que são modelos de vida ignóbeis e contrários à virtude) ou o daqueles que querem praticar a agricultura (porque o nascimento da virtude e o exercício das funções políticas exigem a liberdade dos compromissos de trabalho cotidiano)"¹⁷.

Certamente, mas é por isso que o humanismo autêntico reclama o direito dessa liberdade a todos os homens.

O efeito extremo, exagerado, de uma tal atitude mental, foi, por exemplo, o juramento que por vezes os oligarcas gregos prestavam, citado por Aristóteles¹⁸.

"Serei sempre hostil ao povo e ordenarei tudo o que possa prejudicá-lo". Muito freqüentemente os ricos não deixavam de

(17) Aristóteles, *Política*, 1328b.

(18) *Ibid.*, 1310a.

usar as armas que a situação econômica e social lhes oferecia. Durante certo tempo, estas foram as armas propriamente ditas, a religião e o monopólio do direito. A exclusividade da capacidade militar terminou por desaparecer quando o papel determinante na guerra passou do cavaleiro ao soldado de infantaria equipado com um armamento pesado; mas dessa exclusividade ainda restou alguma coisa graças ao adestramento que seu gênero de vida e a sua educação facilitavam à aristocracia. Os aristocratas não hesitavam em recorrer à violência, aos complôs pífidos e à mentira. Mais uma vez, nada melhor do que recorrer àquele observador tão lúcido que foi Aristóteles: "(...) para enganar o povo (...) se concede a todos o poder de entrar e participar da assembléia, mas se comina uma pena aos ricos que dela não participam, só a eles ou muito mais elevada a eles"¹⁹.

Da mesma forma, as leis davam efetivamente a todos os cidadãos o direito de possuir armas ou de praticar exercícios de ginástica; mas acontecia que, ao contrário dos ricos, os pobres que não possuíam armas ou que descuidassem dos exercícios de ginástica não eram submetidos a qualquer penalidade.

Enfim, em cada cidade, em cada Estado, a posição da aristocracia era consolidada por uma solidariedade internacional de classe cujos reflexos, por uma consciência de classe mais aguda e por vínculos externos efetivos, eram, exceto nos períodos de maior tensão, mais rápidos e mais sistemáticos do que aqueles que se podia fazerem surgir no campo oposto. O aspecto de guerra de classes em escala internacional que tomou, pelo menos parcialmente, a guerra do Peloponeso, foi mais enfatizado pelos historiadores do que aquele outro que se encontra, paralelamente, na segunda guerra púnica. Somos pouco informados sobre os efeitos daquilo que Tito Lívio²⁰ chama um tipo de epidemia comum às cidades da Itália, em virtude da qual "a plebe se separava dos nobres, e, enquanto o Senado favorecia os romanos, a plebe era partidária dos cartagineses".

Dois casos significativos são fornecidos por Plutarco, na sua vida de Marcelo. Esse general, vindo para socorrer Nápoles e No-

(19) *Ibid.*, 1297a.

(20) Tito Lívio, XXIV, 2, 8.

la, conseguiu reforçar os vínculos entre os napolitanos e Roma; mas encontrou a oposição de Nola: o Senado não conseguia controlar o povo, que queria declarar-se a favor de Aníbal. Ainda mais significativas são as manobras de Flâmínio na Grécia nos anos 196-195: apresenta-se como libertador da Grécia, mas quando, em Esparta, Nábis prepara uma verdadeira revolução social, reúne em Corinto uma assembléia pan-helênica, à qual faz votar a favor da guerra contra Nábis, depois o ataca com forças, convocando na sua armada numerosos exilados — emigrantes espartanos.

Quando Aristóteles opõe à classe dos pobres a dos ricos, seria fácil retrucar que ele simplifica, que esquematiza. Ele via de forma extremamente lúcida o lugar ocupado e o papel desempenhado, entre as duas, pela classe média, que ele não concebia de outro modo senão como composta de pequenos proprietários fundiários amplamente auto-suficientes. Mas esta classe média era de uma extrema fragilidade social. Na Grécia anterior a Sólon e na Roma dos primeiros tempos da República, ela se encontrou solapada pela usura; em seguida foi arruinada pelas guerras. Ela podia se reconstruir em certa medida e por várias maneiras; mas a tendência fundamental da sociedade antiga, a nível de homens livres, era uma polarização em direção dos extremos, num pólo os ricos, no outro os pobres.

Sem dúvida, o caminho principal para a reconstituição de uma classe média foi representado pela colonização, que se apresenta sob formas diferentes em Atenas e em Roma; mas estas diferenças são apenas formais. Em sociedades nas quais a atividade corrente, ou a atividade de base, era a agricultura, bastava encontrar novas terras para aqueles que haviam sido privados dos próprios bens pelos ricos, ou que o aumento populacional reduzira à condição de proletários. Até o século V, os gregos encontraram terras de forma pacífica ou quase pacífica, junto a povos atrasados. Os romanos tiveram dificuldades em consegui-las junto a povos que freqüentemente haviam alcançado um nível semelhante ao deles.

A plebe em Roma (como o *demos* na Atenas do século V) chegou, assim, a dividir com a aristocracia e com a classe dos empreendedores escravistas as vantagens do imperialismo. Péricles,

segundo Plutarco, liberou assim Atenas “de uma população ociosa que, desocupada, provocava contínuos tumultos”; ele colhia, dessa forma, ao mesmo tempo dois resultados: “aliviava a miséria do povo e freava os aliados com o medo, instalando junto a eles quase outro tanto de destacamentos que os impossibilitavam de introduzir inovações” (...).

O saque das conquistas e os tributos impostos aos aliados forneciam ao mesmo tempo, tanto em Atenas como em Roma, oportunidades de trabalho para os cidadãos desocupados, graças às grandes obras que dessa forma podiam se financiar, e pequenos meios de subsistência graças às dádivas que era possível distribuir.

Nas cidades antigas que não dispunham de meios para uma política de expansão violenta ou que os tinham perdido, restava aos pobres uma solução individual da questão social: engajar-se como mercenários. Seria conveniente um estudo conjunto sobre o que representou, social, militar e politicamente, na antiguidade, o fenômeno do mercenário, aventureiro e guerreiro de choque. Entre outras, uma observação de Aristóteles é particularmente exata:

As oligarquias podem ser derrubadas na guerra e na paz. Na guerra, porque a oligarquia é obrigada a recorrer aos mercenários por desconfiar do povo; neste caso, se o comando é confiado a uma só pessoa, tem-se a tirania (...). Às vezes os oligarcas, temendo a ocorrência dessas eventualidades e sendo obrigados a servir-se do povo, colocam-no ao lado do poder²¹.

Sem dúvida, certa auréola de lenda coroou, às vezes, a figura do mercenário (há afirmações de mercenários, individuais ou coletivas, Diógenes o Velho, ou os mamertinos). Colonos e mercenários valem como exemplo de outras tantas escapatórias à necessidade da luta de classes com vistas a uma liberdade autêntica.

Certamente os pobres, os oprimidos, souberam conduzir lutas de classes corajosas e plenas de determinação (como, por exemplo, em Roma, as secessões da plebe). Uma grande causa da fraqueza de seus movimentos e de suas ações foi, como entre os escravos, a ausência de uma ideologia progressista. O seu ideal não era o futuro, mas o passado: a divisão das terras e o cancelamento das di-

(21) Aristóteles, *Política*, 1306.

vidas, "as duas tochas de que se servem os revolucionários para inflamar a plebe contra os privilegiados"²². O sucesso desta reivindicação conseguia somente reabrir sempre o mesmo ciclo: era sempre um círculo vicioso. A explicação para essa falta de uma perspectiva aberta para o futuro deve ser procurada, sem dúvida, na lentidão do desenvolvimento das forças produtivas: não se experimentava a sensação de que a história estivesse avançando, pudesse ou estivesse por avançar sempre mais depressa.

Dadas essas condições, em quais momentos do desenvolvimento das grandes civilizações antigas, em Atenas e em Roma, a combatividade dos pobres se manifestou com intensidade, êxitos e resultados maiores? Nos dois grandes períodos em que a situação não cessava de piorar, eles não tinham outra possibilidade além de uma total resignação ou a luta. O primeiro destes períodos é, com efeito, aquele em que o domínio quase total da aristocracia levava a uma servidão sempre mais ampla das massas populares, em Atenas antes de Sólon e em Roma antes da abolição da escravidão por dívidas, em 326; as lutas populares foram apoiadas, então, pela classe emergente dos empreendedores escravistas, que tinham necessidade de conquistar a igualdade política. O resultado foi um regime verdadeiramente escravista, cujos proveitos maiores foram para a classe dos novos ricos, mas também para a dos ricos de velha data. Todavia, a classe dos pobres obtinha vantagens não desprezíveis; houve, como consequência, uma atenuação provisória da luta de classes. Ao mesmo tempo, os escravos eram usados pelas classes dominantes, como pedras sobre um tabuleiro de xadrez, nas lutas internas ou em circunstâncias externas críticas.

O segundo período foi aquele do declínio da economia geral e de toda a sociedade. A condição dos pobres aproximou-se então cada vez mais à dos escravos, e a comunhão de destinos comportou pouco a pouco, e mais ou menos parcialmente, uma comunhão de luta, mais no desespero que na esperança, mas com consequências diversas na Grécia e em Roma. Na Grécia, para desgraça histórica do povo grego na sua continuidade através dos sucessivos regimes políticos, não alcançou êxito algum: do exterior impunha-se um "alto lá!"; primeiro Filipe, depois os romanos. Mas na Roma do

(22) Tito Lívio, XXXII, 38, 9.

Baixo Império, a classe dominante não dispunha de qualquer ajuda externa. Pelo contrário: enquanto o Estado escravista era minado internamente por uma série de antagonismos sociais, o golpe de misericórdia foi desferido pelo assalto dos povos "bárbaros", que não soubera considerar a não ser como uma reserva de mercenários e escravos. Não se pode dizer que os historiadores ocidentais tenham até agora dedicado atenção suficiente ao exame daquele elemento capital que foi, na história da antiguidade clássica, a evolução das relações entre o antagonismo homens livres-escravos e o antagonismo ricos-pobres.

A formação das relações propriamente escravistas

A transição de uma organização ainda gentílica para uma economia e uma sociedade propriamente escravistas foi operada, como qualquer revolução social, por uma classe determinada, uma classe nova, aquela dos empreendedores escravistas, caracterizada não somente por um novo modo de enriquecer, mas também por uma mentalidade nova, por novas idéias e uma moral. Toda a *Política* de Aristóteles é atravessada por um surdo mal-estar que se acha na origem das discordâncias que os comentadores descobrem nas análises. O seu ideal é aristocrático; a única forma conveniente de riqueza é, para ele, a grande propriedade fundiária que permite amplas disponibilidades, graças às quais é possível dedicar-se, com base numa cultura geral e desinteressada, a uma alta elevação moral. Mas ele descobre na realidade que muitos artesãos, dignos apenas de ser cidadãos, enriqueceram; e que — quando um regime aristocrático pretende dar proeminência aos melhores cidadãos, aos mais honestos, aos mais virtuosos, segundo a maior parte dos homens — a riqueza parece tomar o lugar do mérito e da virtudes²³. E descobre que a riqueza desprezível dos homens que exercem estas atividades apóia-se numa necessidade econômica inevitável, na necessidade de especialização profissional: "só se uma pessoa executa um único trabalho, o resultado aparece na melhor

(23) Aristóteles, *Política*, 1289b.

forma (...); e é melhor também de um ponto de vista geral que cada um leve a termo suas próprias tarefas com a maior rapidez²⁴.

Ele não sabia como superar a contradição entre cultura geral e especialização; mas teve o mérito de constatar-la, de admitir a própria impotência. Junto aos aristocratas militantes a luta travada, contra o aparecimento de homens novos, pela manutenção dos velhos privilégios, cobria-se de uma indignação virtuosa: a condenação da monetarização do ouro por parte de Teognide encontra, sem dúvida, sua própria origem não tanto na elevação moral quanto no receio de ver passar o predomínio econômico, e por consequência político, a uma nova forma de riqueza capaz de se desenvolver, graças à especulação, com incrível rapidez. O dinamismo de homens novos, tal como o de um Cléon, ou de um Diógenes, o Velho, ou de um Agátocles, seu espírito de iniciativa, sua energia, sua fala de escrúpulos tornava-os temíveis na luta contra a antiga aristocracia. Isso explica, portanto, por que eles foram objeto de tantas caricaturas e calúnias por parte dos homens políticos e dos escritores antigos no lado adversário. Mas eles estavam tão bem sustentados pelo movimento da história, que a sua mentalidade chegava a incidir sobre a velha mentalidade aristocrática. A equitação e a criação de cavalos estavam entre as ocupações as mais nobres. Ora, no seu tratado *Sobre a Equitação*, Xenofonte explica que, se um homem é capaz de adquirir cavalos, de treiná-los para que suportem os esforços, de conduzi-los com destreza nos exercícios militares, pode sem dificuldade vendê-los a um preço bem superior ao da compra e criar-lhes fama. Em uma sociedade determinada, a evolução das classes sociais não se dá de modo predeterminado e paralelamente uma à outra, mas como uma contínua ação e reação de uma sobre a outra.

Da mesma forma, o processo de transição da organização gentilícia à sociedade propriamente escravista — havendo um conteúdo sempre necessariamente idêntico, a destruição da antiga ordem das coisas e a criação, a consolidação de uma nova ordem de coisas — assume não menos necessariamente formas variáveis, e são estas variações de forma que modelam a individualidade das diversas civilizações. O historiador soviético S. L. Utchenko enfatizou com

(24) *Ibid.*, 1273b.

muita acuidade que, em Atenas, a destruição do predomínio político da antiga aristocracia e a criação de um verdadeiro Estado escravista ocorreram concomitantemente e num espaço de tempo relativamente breve (do fim do século VII ao fim do século VI), enquanto em Roma há duas fases sucessivas, que se estenderam por cerca de três séculos (do século V ao III).

Na base do desenvolvimento social e político de Atenas, cujas modalidades foram bem esclarecidas, descobre-se, de um lado, um rápido progresso, no conjunto do mundo grego, das forças produtivas e da troca e, de outro, uma luta de classes conduzida pelo *demos* ateniense com particular vigor. Pode-se acrescentar que o desenvolvimento geral foi acelerado por circunstâncias determinadas sobretudo por acontecimentos históricos; de um lado a existência preliminar de uma vasta rede de colônias gregas que constituíam outros tantos elementos já prontos de um vasto mercado para a venda do vinho, do óleo e dos produtos industriais; e, de outro lado, a existência de modelos anteriores, particularmente em Quicos e em Samos.

Em Roma, onde o processo se apresenta mais lento e suas consequências são por assim dizer diluídas, a passagem é menos clara, e seu significado, menos aparente. Assim, é necessário insistir ainda. Uma primeira fase se resolve somente com a conquista por parte da plebe, cuja composição só lentamente se diversifica, da igualdade política, mas de uma igualdade mais teórica do que real.

Os patrícios permitem apenas concessões fragmentárias, com emendas e num ritmo que tardará em acelerar-se. Fazem-no sob pressão contínua da plebe. Em que medida, além do mais, as conquistas da plebe foram facilitadas pela necessidade, da classe dominante, de salvaguardar um mínimo de coesão social para sustentar guerras quase ininterruptas? (...)

As atividades da plebe, como as dos patrícios, permanecem essencialmente agrícolas e não é modificada a estrutura social do Estado. A nova nobreza plebéia vem a se integrar na antiga nobreza patricia, antes reforçada que alterada por essa ampliação. As lutas pela igualdade política favoreceram, de fato, só uma pequena minoria plebéia; desiludida nesse aspecto, a massa perde sua combatividade, ainda mais que o Senado a apaga com a criação das colônias. Tito Lívio nos revela o que se esconde numa

fórmula simplificada, como "os plebeus em número de trezentos ascendem aos grandes sacerdócios":

Em Roma, a plebe estava tranqüila, como que aliviada pelo assentamento de um grande número de cidadãos nas colônias (...). Todavia a discórdia foi semeada entre os principais cidadãos, patrícios e plebeus, pelos tribunos da plebe, Quinto e Gneo Ogúlnio, os quais empreenderam uma tal ação a ponto de inflamar, não o povo miúdo, mas os próprios chefes da plebe, dignatários e triunfadores plebeus, a cujas honras só faltavam os sacerdócios²⁵.

Cumpria-se, efetivamente, a primeira fase; apareciam os primeiros indícios da ascensão dos homens novos, pouco dispostos a se fundir pura e simplesmente numa nobreza composta, mas à qual a nobreza patrícia continuava a imprimir seu caráter. Um grave desentendimento entre patrícios e homens novos aconteceu em 314, e é sem dúvida esta situação política, pelo menos em relação aos motivos econômicos, que estava na origem das manobras políticas de Ápio Cláudio a partir de 312, manobras através das quais se encaminha um remanejamento no sentido escravista das estruturas da sociedade.

A segunda fase, que se abre no início do século III, vê desenvolver-se e afirmar-se rapidamente, primeiro economicamente. Depois politicamente, a camada mais empreendedora e mais rica da plebe, a dos cambistas, dos comerciantes, dos empreendedores industriais e dos agricultores que produziam para o mercado, os quais, substancialmente, utilizavam todos uma mão-de-obra escrava. Na base da ascensão econômica desta camada de homens de negócio, existe um desenvolvimento industrial e comercial que, em algumas décadas, completa o atraso existente por volta de 269, quando em Roma são cunhadas as primeiras moedas de prata. A era das grandes obras públicas se abre com a construção da via Ápia, a partir de 312, e com a construção dos primeiros aquedutos, sinais da expansão de Roma e das necessidades individuais dos cidadãos. É preciso lembrar ainda a influência da penetração das

(25) Tito Lívio, X, 6.

influências helênicas que dão um golpe no desenvolvimento intelectual e técnico (é de 240 a primeira tragédia do Lívio Andrônico, reduzido à escravidão na tomada da cidade grega de Taranto).

Porém, fato decisivo, o desenvolvimento econômico é ligado à guerra, ao mesmo tempo que a alimenta e é por ela alimentado. Desde o início do século III até o início da primeira guerra púnica constata-se um impulso na potência militar romana e uma fulminante extensão das conquistas (em 300 o território controlado por Roma se estendia por 8 000 km², em 264 por 25 000). A ascensão dos homens de negócios e dos empreendedores escravistas, seu rápido enriquecimento e a crescente influência que exerciam na vida pública têm em grande parte sua origem nos preparativos de guerra e nas vantagens das conquistas: armamentos, comércio de saque, utilização dos vencidos na produção, transformados em massa escravizada.

Esta camada de homens novos que se transforma em classe desempenhará um papel decisivo tanto no desencadeamento da primeira guerra púnica quanto no resultado favorável desta guerra. A aliança com os marmetinos, estes mercenários que se haviam apoderado de Messina usando da traição, não se deveu, como queria Mommsen, a uma espécie de inspiração nacionalista:

Atravessando o mar — escreve este historiador — deparava-se com uma política puramente itálica e continental; renunciava-se ao sistema através do qual os pais haviam fundado a grandeza de Roma (...). Era um daqueles momentos nos quais o cálculo é diminuído e no qual a fé em uma estrela, na estrela da pátria, pode sozinho dar coragem de tomar a mão que indica o caminho entre as estrelas do futuro.

Uma explicação religiosa não valeria mais que a logomania desta explicação nacionalista. A decisão foi tomada através de oposições de classe, muito bem esclarecidas por Políbio:

O Senado deliberou longamente sem chegar a tomar uma decisão (...). Mas a plebe (entendamos: os chefes da plebe, aqueles que constituirão a ordem dos cavaleiros), arruinada pelas guerras precedentes, pronta para aproveitar qualquer ocasião de reparar as suas próprias perdas, além disso estimulada, seja pelo interesse público, seja pelas consideráveis van-

tagens que os pretores prometiam a cada um, era favorável à expedição.

Do mesmo modo, a criação de uma frota de guerra, graças à qual Roma consegue finalmente ter condições favoráveis, só se tornou possível pelas capacidades financeiras e técnicas, pelo espírito de iniciativa e o senso de risco dos empreendedores escravistas.

O antagonismo nobres-homens novos alcançou um de seus vértices no início da segunda guerra púnica, na qual, bem longe de se realizar um tipo de união sagrada, desencadeou-se uma luta de classes particularmente significativa. Fábio Máximo, cuja grandeza de alma e seriedade de costumes é ressaltada por Plutarco, gozava na realidade do favor do Senado, pois encarnava as tendências conservadoras da Assembléia. Diante dele, Caio Flâmínio, o vencido do lago Trasímene, apresenta todos os traços do homem novo, o dinamismo, a audácia, o racionalismo de uma classe em plena ascensão (...).

O caso de Terêncio Varrão é, talvez, ainda mais típico. "Era de nascimento não humilde, mas ignóbil — explica Tito Lívio —, seu pai havia sido, diz-se, açougueiro e vendia a varejo pessoalmente a própria mercadoria".

Indiscutivelmente, um novo rico. Em 217, os patrícios se opuseram com todas as forças à sua eleição ao consulado. O discurso que um tribuno da plebe pronunciou para sustentá-lo revela de modo extraordinário as condições e o significado das lutas de classes da época. Ele afirmou que os romanos não haviam obtido o fim da guerra antes de eleger um cônsul verdadeiramente plebeu, isto é, um homem novo: *porque os plebeus que se haviam transferido para a nobreza estavam desprezando a plebe*, depois que deixariam de ser desprezados pelos patrícios. Varrão foi eleito cônsul e a tradição histórica lhe atribuiu a responsabilidade do desastre de Canne. É preciso ter em conta, nesta acusação, as tomadas de posição políticas: porque Varrão foi, em seguida, encarregado de importantes comandos militares e de importantes missões diplomáticas.

Como conseguiam estes homens novos triunfar assim sobre a oposição resoluta da nobreza? O seu poder econômico e financei-

ro, conquistado por meios às vezes discutíveis, havia colocado o Estado parcialmente sob o seu domínio. Em 215, o pretor Fúlvio, pressionado pelas dificuldades financeiras causadas pela guerra, exortou os particulares que haviam aumentado a própria fortuna com as empresas a ceder crédito ao Estado, em especial para o fornecimento de vestuário e de víveres destinados à armada da Espanha.

Três sociedades financeiras responderam ao apelo, mas aproveitaram as circunstâncias para consolidar posteriormente a própria potência econômica: obtiveram isenção do serviço militar para seus membros e garantia por parte do Estado sobre riscos marítimos derivados de ataques inimigos ou de tempestades. O estouro de um escândalo em 212 revelou que os publicanos, desfrutando da garantia do Estado, declaravam naufrágios inexistentes ou organizavam naufrágios fictícios com velhos barcos carregados de mercadorias sem valor. É preciso acrescentar que, no ano precedente, o Senado negara-se a combater as fraudes, por medo de desagravar a ordem dos publicanos.

A história grega, a história romana são marcadas e se caracterizam a cada momento pela existência de antagonismos sociais e de lutas de classes que não determinaram somente o curso da história política. Toda a fisionomia das civilizações foi modelada contemporaneamente pelo conteúdo destes antagonismos e pela forma que assumiram.

Em Atenas, com efeito, a rapidez e o vigor do desenvolvimento econômico e social no século VI se traduziram no esplendor e na força do desenvolvimento intelectual e artístico, com atrasos mais ou menos sensíveis, mas que não podiam faltar. Por outro lado, o fato de que a batalha foi conduzida com decisão, pela camada de homens novos e pela massa do povo ao mesmo tempo, permitiu também a esta última gozar dos frutos da vitória, permitiu a instituição de um grau bastante elevado de democracia no interior da comunidade dos homens livres. Mas, ao mesmo tempo, dificultava-se a constituição de grandes cultivos agrícolas do tipo escravista, obstaculizava-se o pleno desenvolvimento do sistema escravista.

Em Roma, a lentidão do desenvolvimento econômico e social que se arrastava tem a sua repercussão na inexpressividade da

vida intelectual e artística. Mas se a transição para estruturas definitivamente escravistas foi por longo tempo mais incerta, mais tarde é levada muito além, a partir da existência de grandes propriedades fundiárias nas quais a exploração escravista estendeu-se à produção agrícola. Enquanto Atenas não conheceu verdadeiras revoltas de escravos, em Roma, uma vez alcançada a transformação econômica e social, as revoltas de escravos começaram a multiplicar-se, a partir de 217, depois em 199, em 196, em 185. Em 185, na Apúlia, cerca de sete mil escravos foram executados durante uma repressão brutal e por demais significativa.

Publicado In: *La pensée*, 108, 1963, p. 3-25. Apud Vegetti, Mario (org.) *Marxismo e società antica*. Milano, Feltrinelli, 1977, pp. 157-186.

Tradução de: Maria Luíza França e Heitor F. da Costa

MONOTEÍSMO E MODO DE PRODUÇÃO

Jaime Pinsky

O estudo dos hebreus, na antiguidade, tem sido encarado com doses de fantasia e mistificação mais elevadas que as reservadas a outros povos. De fato, o papel desempenhado — ou atribuído — ao judaísmo na civilização ocidental, idealiza o passado transformando-o a partir de valores atuais.

É comum, por exemplo, lermos sobre os "valores da ética judaico-cristã" de maneira a nos pretender fazer crer que certas práticas sociais atuais remontam aos tempos dos profetas ou dos juizes. O tabu relativo a práticas sexuais desvinculadas da procriação — o sexo pelo prazer — não tem, apesar de se falar o contrário, relação alguma com a cultura judaica antiga, ou com algum deus repressivo e anti-lúdico. O ascetismo — de qualquer espécie — não é uma virtude judaica. Pelo contrário, os sábios de Israel sempre afirmaram que um homem sofrido não poderia cultuar seu Deus de forma adequada, razão pela qual *todos* deveriam ter o mínimo necessário. E *todos* deveriam ter o prazer a que têm direito pelo simples fato de terem nascido à imagem e semelhança de Deus.

Ao longo da chamada diáspora judaica* uma série de práticas sociais se alteraram. A inexistência de um território que funcionasse como ponto de referência provocou uma atrofia de certos aspectos e uma hipertrofia de outros. A religião, por exemplo, foi adquirindo um perfil menos telúrico; as festas de plantio e de colheita passaram a ser comemoradas no interior das sinagogas e não mais nos campos

* A palavra diáspora é de origem grega e significa, literalmente, sementes espalhadas. A historiografia judaica atual (Ben Tzion Dinus, por exemplo) apresenta a diáspora como os quase dois mil anos em que o povo de Israel (Am Israel) manteve-se distante da terra de Israel (Eretz Israel). Grosso modo esse período dataria de 70 da nossa era até 1948.